

**O TRABALHO EM SAÚDE NO CAMPO DA PARENTALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO À
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Gabriela Nascimento de Souza Lima¹, Ester Borges de Matos², David Macedo Rodrigues Filho³, Bruno Cabral Coser⁴, Jéssica Emanoeli Moreira da Costa⁵, Mario Santos Morel⁶, Katia Cristina Tarouquella Rodrigues⁷, João Victor da Silva Fernandes⁸, Sandra Santos Cabral⁹,
Aline Tarouquela Matias¹⁰

¹Universidade Federal Fluminense,
gnslima@id.uff.br

²Universidade Federal Fluminense,
esterbm@id.uff.br

³Universidade Federal Fluminense,
rodriguesdavid@id.uff.br

⁴Universidade Federal Fluminense,
brunocoser@id.uff.br

⁵Universidade de Brasília,
jessicaemanoeli@gmail.com

⁶Universidade Federal Fluminense,
morel96@hotmail.com

⁷Universidade de Brasilia,
ktarouquella@gmail.com

⁸Universidade Federal Fluminense,
jofernandes@id.uff.br

⁹Universidade Federal Fluminense,
sandrasantoscabral@gmail.com

¹⁰Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
alinetmatias@gmail.com

Propósito

O Brasil é um país com altos índices de violência contra mulheres e crianças. Uma pesquisa realizada no âmbito nacional, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2022, demonstra o número preocupante de 17 milhões de mulheres que foram vítimas de algum tipo de violência (física, psicológica ou sexual) somente no decorrer do ano de 2021, apontado como um período de agravamento das violências intrafamiliares, em meio à pandemia de COVID-19. O quadro na cidade de Niterói (RJ), é igualmente preocupante: um estudo de 2011 de Rocha e Moraes, com amostra de 278 crianças na faixa etária de zero a nove anos, constatou a prevalência de agressão psicológica (96,7%) e castigo corporal (93,9%) nos domicílios entrevistados, ao passo que outras violências como violência física menor e grave também foram registradas. Nesta pesquisa, destacou-se as mulheres/mães como principais agressoras das crianças, porém, o referido estudo entrevistou uma amostra significativamente maior de mães (231) do que de homens/pais (12), e nesse sentido, critica-se as desigualdades de gênero atribuídas ao cuidado dos filhos. Assim, conforme denunciado pelas estatísticas, as mulheres e crianças são alvos de violência no país e, portanto, a violência contra as crianças pode ser um indicativo da reprodução das violações de direito imputadas às mulheres.

Neste quadro diagnóstico de intensificação dos dados de violência em Niterói, o programa Escola da Família tem como objetivo o fomento à cultura de paz, proteção da vida, e interrupção do ciclo de violência, em uma fase primária de constituição psíquica. O projeto se insere no plano municipal de segurança pública “Pacto Niterói contra a violência”. Dessa forma, o programa aponta que há uma inseparabilidade entre saúde da família e saúde pública. Com interlocução entre Psicologia, Psicanálise e Educação Popular, a formação objetivou a sensibilização e instrumentalização dos profissionais da rede pública de saúde, de modo que promovessem ações de práticas parentais com afeto, sem violência, junto aos adultos que ocupam a função parental. Com essa perspectiva transdisciplinar de análise sobre a função parental, compreende-se que há uma dificuldade de falar sobre a violência intrafamiliar, pois a falta de elaboração leva à repetição desses ciclos nos laços familiares. A

referida política pública em saúde tem uma ação direta com caráter preventivo e interventivo na dimensão da violência intrafamiliar.

Revisão da Literatura

A pessoa que sofre violência pode reproduzi-la em seu estilo parental, situando a transgeracionalidade da violência enquanto fenômeno psíquico. Abraham e Torok (1995) comparam o trauma a uma cripta que guarda a experiência não elaborada como um fantasma, condenado a se repetir nas relações do sujeito por similaridade.

Neste contexto, o objetivo é que profissionais de saúde possam realizar intervenções junto às gestantes, puérperas e familiares para que possam dar sentido às experiências que envolvem a parentalidade: como as vivências de ambivalência, medo, expectativas, e de violência, uma vez que foi indicado que grande parte das violências na primeira infância ocorrem dentro de casa, por pessoas que se ocupam da posição da parentalidade. Essa formação pretendeu ser mobilizadora da experiência da parentalidade, em uma visão pluralista do campo afetivo, concebendo as crianças como sujeitos ativos no tecido social. Diante deste contexto, aposta-se que o presente trabalho se articula com o eixo “políticas institucionais para a parentalidade”.

Valorizando os rastros do próprio percurso da pesquisa, foram revisitados os registros das oficinas produzidas, compostos por quatro encontros em 8 turmas (totalizando 164 participantes), e das visitas de acompanhamento do programa, totalizando 49 (2022 até 2024). A partir dessa experiência, foram surgindo as questões que motivaram este trabalho.

Procedimentos Metodológicos

Tomamos como método a cartografia, uma vez que se coloca a possibilidade de pensar o pesquisar como implicado e habitando os diferentes territórios que compõem a pesquisa (Cintra *et al.*, 2017). A cartografia escapa daquilo que é prescrito ou de objetivos previamente estabelecidos; nela, são possibilitados novos caminhos ao longo da construção da pesquisa, com o acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes (Passos *et al.*, 2009). Nesse sentido, a partir da participação na formação,

aposta-se que a proposta de transformar para conhecer, que a cartografia levanta, é essencial para compreender a importância de pensar a participação no programa como um aprendizado mútuo e que se alimenta do envolvimento de ambas as partes.

Resultados

O Programa Escola da Família, enquanto positivamente de uma política pública de prevenção à violência, permitiu um campo de fala, escuta e intervenção em temáticas que envolvem a parentalidade e sua interlocução com a violência. Foram analisadas as falas dos profissionais durante as oficinas da formação e no acompanhamento, nas unidades de saúde, das intervenções grupais parentais junto às gestantes e famílias. Durante esse processo foi possível identificar as seguintes dimensões:

I. Transgeracionalidade da violência nos vínculos familiares

A Atenção Primária à Saúde é o nível de atenção que sofre os impactos do agravamento dessas situações de violência intrafamiliares, que ferem a alteridade do outro e contaminam vínculos, tornando-os destrutivos, conforme relata uma enfermeira durante o acompanhamento em uma unidade: *“são questões complexas – diz ela - e às vezes essas pessoas não se percebem em uma violência. Tivemos uma gestante que contou das situações que ela não conseguia sair desse relacionamento e que agora com maturidade ela observa que vivia em um relacionamento tóxico”*.

Também, existe uma invisibilidade acerca da violência contra as mulheres, provocada principalmente pelas desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade patriarcal. Neste sentido, outra enfermeira coloca: *“uma das gestantes que atendo falou que foi um desafio enorme desnaturalizar a violência que estava enfrentando. Ela não percebia como violência, porque estava enraizada no seu contexto familiar e cultural de criação”*.

II. O fortalecimento comunitário entre gestantes a partir das intervenções grupais

Com as intervenções grupais, o fortalecimento comunitário se deu a partir dos laços formados entre as gestantes e entre os profissionais de saúde das unidades com as gestantes,

formando uma rede de afetos e apoio, capaz de criar um campo reflexivo sobre a relação dessas mães com suas práticas parentais. Dessa forma, o projeto ocorre em grande medida na forma de encontros em grupo que atravessam diversas temáticas, trazendo à tona questões que, muitas vezes, são pouco trabalhadas entre as gestantes e que frequentemente carregam mitos em si.

Com isso, percebeu-se o crescente engajamento de gestantes que desejavam participar dos encontros mesmo após o parto, destacando a posição da unidade de saúde enquanto rede de apoio dessa população, conforme relatado por uma assistente social durante o acompanhamento em uma unidade: *“algumas gestantes e puérperas participam dos grupos mesmo após o término dos oito encontros. Mesmo quando o grupo encerra na consulta de puerpério, a noção de rede é construída e elas retornam na unidade. A unidade básica de saúde se tornou a rede de apoio delas.”*

As possibilidades de construção de vínculo passaram a fazer parte da rede de proteção dessas gestantes prevenindo a violência, pois contribuem na vigilância da saúde das gestantes, mantendo um acolhimento contínuo. O vínculo, portanto, aparece como objetivo central da unidade que deseja romper com ciclos de violência, uma vez que as intervenções feitas em grupo tiram o foco de uma questão individualizada. Como consequência, nos grupos é produzido um espaço que coletiviza essa luta, trazendo diferentes pontos de vista e histórias pessoais diversas que viram forças a se somarem nesse embate. Dessa maneira, é de suma importância pensar a intervenção grupal como um dispositivo de prevenção à violência, promovendo espaços de compartilhamento, fortalecendo o laço comunitário entre mulheres.

Implicações da Pesquisa

Frente às situações de risco e de violência, teceu-se uma rede de proteção entre mulheres, junto com os profissionais de saúde. Formou-se, assim, um espaço em que ambas as partes construíram algo singular e coletivo, em que o profissional continuamente se aprofunda nas complexidades do território, aprimorando seu acolhimento ao usuário. Por sua vez, as gestantes tecem e fortalecem vínculos e redes, possibilitando a elaboração de falas que romperam com a barreira de silenciamento posto as mulheres frente à situação de violência. Essa política pública não resolve o problema da violência, mas certamente dá passos nessa direção.

REFERÊNCIAS

- Abraham, N. & Torok, M. (1994) – The shell and the kernel, renewals of psychoanalysis Volume I. The university of Chicago press / Chicago & London.
- Cintra, A. M. S., Mesquita, L. P. de ., Matumoto, S., & Fortuna, C. M. (2017). Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. *Fractal: Revista De Psicologia*, 29(1), 45–53. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1453>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/58>
- Passos, E., Kastrup, V. & da Escóssia, L. (2009). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. - Porto Alegre: Sulina, 2009.*
- Rocha, P. C. X. da, & Moraes, C. L. (2011). Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3285–3296. <https://doi.org/10.1590/s1413-8123201100080>